

RESUMO -> Concepções e modelos agrários em concorrência na gestão fundiária da França: questões oportunas para refletir sobre o caso brasileiro

O artigo estudado é resultando de uma interação entre a ESALQ/USP e a universidade francesa AgroParisTech. Seu objetivo central consiste em discutir os instrumentos de gestão fundiária na França com vistas a contribuir com o debate brasileiro sobre a questão, já que ambos os países possuem instrumentos de gestão fundiária destinados a modificar ou reorientar a distribuição da terra. Na França, o principal órgão com este objetivo é as SAFERs (Sociedades de Ordenamento Fundiário e Assentamento Rural) e no Brasil o INCRA é a instituição com missões desta natureza. Assim, o artigo propõe discutir, além das lógicas dos dispositivos em torno das SAFERs, as concorrências entre os modelos agrários e às concepções de agricultura na disputa pela orientação da gestão fundiária na França.

A terra provoca forte competição entre os indivíduos. Com seus usos múltiplos, pode interessar a cada pessoa de maneiras diferentes, desde moradia a lazer até a produção de alimentos. Cada país possui de forma única seu modelo de política fundiária, que define os direitos sobre a terra e a forma de administrá-la, refletindo o modelo de desenvolvimento rural e agrícola escolhidos em determinada época. A gestão do fundiário deve conciliar interesses diversos, permitindo o acesso da população ao solo, mas também conciliar proteção ambiental e preservação dos recursos naturais. Pode-se concluir que a gestão fundiária é um importante meio para orientar a produção agrícola.

Na segunda parte do texto o principal foco é discutir a história, características e funcionamento das SAFERs, um instrumento de gestão do fundiário francês para garantir uma distribuição mais adequada da terra, criado sob uma perspectiva produtivista. Quanto a sua estrutura, são sociedades limitadas sem fins lucrativos, com supervisão dos Ministérios da Agricultura e das Finanças. Seus conselhos de administração abrangem poderes municipais, sindicatos de agricultores e os principais agentes econômicos do setor agrícola.

As SAFERs foram criadas depois da segunda guerra mundial, período no qual a França apresentava um agricultura pouco eficaz e com atraso tecnológico, com vistas a estabilizar o mercado fundiário, torná-lo mais transparente e estimular a agricultura francesa a aumentar sua produtividade. Assim, as SAFERs tinham sobretudo o objetivo de assegurar a terra para agricultores jovens que desejassem aumentar a produtividade. As políticas visando o aumento da produtividade contaram com forte consenso sociopolítico na época. Assim, o governo promoveu a aquisição de meios de produção mais eficazes com vistas à melhora de produtividade, além da intervenção no mercado fundiário com este mesmo objetivo.

Tal modernização só foi possível graças a cooperação entre o Estado e jovens agricultores pertencentes ao Centro Nacional dos Jovens Agricultores (CNJA). Entre 1960-1962, no âmbito desta co-gestão, foram concebidas as Leis de Orientação Agrícola (LOA), que tinham os mesmos objetivos do tratado de Roma: Inserir a agricultura numa dinâmica de mercado, mantendo de toda forma explorações familiares distribuídas pelo conjunto do território (ROUX; BOINON, 2010). Estas Leis de Orientação Agrícola definiram um perfil profissional de agricultores que deveria ser privilegiado: responsável de estabelecimento familiar, que pudesse empregar dois membros da família em tempo integral de forma que fossem capazes de subsistir e se reproduzir sem a necessidade de complementação com rendas exteriores. Ou seja, tal estabelecimento deveria dispor de uma

dimensão econômica suficiente e assegurar uma remuneração comparável às camadas sociais “médias” urbanas.

Nesta perspectiva, criou-se a SMI (superfície mínima de instalação), sem a qual os agricultores não poderiam receber o apoio da política agrícola. Ainda, muitos agricultores foram encorajados a antecipar sua aposentadoria se fossem idosos, recebendo uma indenização vitalícia para abdicar da agricultura. Dessa forma agricultores jovens modernizadores que desejassem investir na agricultura poderiam adquirir terras disponíveis graças à intervenção das SAFERs. De fato, adotou-se uma política produtivista que ajudou a preservar um modelo de agricultura familiar.

O modelo francês foi um caso raro de modernização agrícola que contou com a participação dos agricultores, em um modelo de co-gestão entre Estado e sindicalismo agrícola. As SAFERs foram responsáveis por esta modernização e tinham como ferramenta de gestão do fundiário a estimação do “justo valor” dos bens e terras agrícolas para frear a especulação fundiária. Assim, deveriam ser informadas de toda intenção de venda de terra agrícola para intervenção no fundiário, caso considerada como necessária. Para tal, possuem três ferramentas principais: direito de preempção, ou seja, preferência de compra sobre o imóvel rural que está sendo vendido para destiná-lo a projetos mais condizentes com os planos de desenvolvimento local; gestão temporária das terras, com a qual podem conceder os bens adquiridos por meio de contratos específicos, uma forma de identificar projetos apropriados de uso da área; e a aquisição amigável.

Atualmente, o funcionamento das SAFERs é motivo de discussão na França com grandes manifestações em favor de mudanças. As críticas se referem, pelo lado mais liberal econômico, à concepção de que as SAFERs seriam estruturas muito vulneráveis a pressões políticas e o grau de intervenção do Estado no fundiário seria exagerado. Pelo lado da crítica socioambiental, as reclamações se fundamentam na visão de que alguns dos sindicatos minoritários, por exemplo a Confederação Camponesa, nem sempre são representados, os critérios de seleção dos candidatos pouco favorecem um equilíbrio social na distribuição de terras rurais e pouco se favorece os projetos em microescala em realidades mais locais sob um modelo mais sustentável para a agricultura e para o meio rural. Assim, é importante o debate sobre a promoção de adaptações nas SAFERs considerando as mudanças sociopolíticas dos últimos anos.

Na terceira parte do texto o objetivo é discutir sobre as principais correntes implicadas no desejo de mudanças dentro das SAFERs, centralizando as questões nas noções de modernidade, produtividade e funções desempenhadas pela agricultura. As três correntes principais são: 1. liberal - produtivista, onde predomina a perspectiva segundo a qual a agricultura deve se ajustar ao mercado competitivo, com o abandono da proteção do Estado e com a abertura a concorrência internacional, o que favoreceria uma competição individualista; 2. intervencionista-produtivista, que defende o modelo que surgiu nos 60 favorável ao estabelecimento agrícola familiar equipado e muito produtivo, com alguns ingredientes de uma agricultura mais sustentável; e, por fim, intervencionista-multifuncional, que acredita que não basta produzir para que a terra atinja completamente sua função socioambiental. O estabelecimento agropecuário deve integrar em seu funcionamento as variáveis ligadas às preservação ambiental, energia renovável e oferta de alimentos saudáveis.

Assim, conclui-se que no Brasil não existe um dispositivo comparado as SAFERs. A história do poder político e econômico no país mostra que o acesso à terra é bloqueado, com implicações em limites para a democratização da gestão fundiária. Hoje, há a necessidade de conciliar a gestão do fundiário com os ideais

de sustentabilidade, assim como é sugerido pela corrente de multifuncionalidade da agricultura. No debate francês, é considerado com esta perspectiva multifuncional que seria interessante disponibilizar as terras de agricultores aposentados para jovens agricultores sem terra ao invés de favorecer a expansão de unidades vizinhas.